



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 25 DE JUNHO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Lista de participantes não fornecida
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 10ª Audiência Pública do ano de 2013. É a segunda Audiência Pública do PL 215/13 de autoria do Executivo que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2014 - LDO 2014.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br link Auditório On Line.

Foram convidados a participar dessa audiência as seguintes autoridades: Sr. Marcos de Barros Cruz, que se encontra à minha esquerda, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico; Sra. Leda Maria Paulane, que indica a Sra. Úrsula Dias Perez, Secretária Adjunta do Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. Edson Simões, Presidente do Tribunal de Contas do Município que indicou como representante o Sr. Noé de Agostini Neto, a quem peço tomar assento à Mesa.

Estão presentes os Srs. Vereadores: Roberto Tripoli, na Presidência, Paulo Fiorilo, Jair Tatto; nossa assessoria e também nossa ex-candidata a Prefeita de São Paulo, Soninha.

Daremos início então às inscrições, que estão abertas e serão feitas pela secretaria da nossa Comissão.

Passaremos, primeiro, a palavra ao Sr. Secretário de Finanças e Orçamento que fará sua exposição e, em seguida, a representante da Secretaria de Planejamento. Depois, pedirei ao Relator da LDO para se pronunciar e, a partir daí, as pessoas inscritas que desejam se pronunciar.

Passo antes a palavra ao Sr. Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Antes do pronunciamento do Sr. Secretário, gostaria de combinar se realmente é melhor começar com o Secretário ou com a Secretaria Adjunta. Apenas para combinar com eles. (Pausa) Ok. Está combinado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Com a palavra o Sr. Secretário pelo tempo que achar necessário para apresentação da LDO. Bom dia a V.Exa.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Bom dia a todos. Como essa é a segunda audiência, acho que o maior interesse são as perguntas, mas me permito fazer brevemente um comentário sobre as receitas projetadas para a LDO.

As receitas seguem bastante em linha com o que estamos observando no de 2013. Então as previsões colocadas na LDO para 2014/2015, no meu entender, são bastante consistentes.

A receita corrente líquida projetada está crescendo neste ano de 2013 versus o ano de 2012 no mesmo patamar que aquele projetado para 2014, qual seja, da ordem de 8%.

E, nas receitas de capital, estamos projetando um número parecido com o orçamento de 2013 e que reflete, principalmente, as discussões em andamento com a União nos programas de transferência de capital, fundamentalmente o programa do PAC, que esperamos as negociações se viabilizem esse ano para que se concretize as receitas do próximo ano.

Então do ponto de vista de receitas, dados já seis meses ocorridos em 2013, entendo que as receitas projetadas para 2014 estão bastante coerentes.

Do ponto de vista fiscal, a LDO apresenta uma projeção da dívida também em linha com o que vem ocorrendo, dada as condições atuais das taxas de juros e do contrato.

O que pode acontecer de diferente seria a aprovação, no plenário do Congresso Nacional, do PL da dívida e, uma eventual aprovação desse PL causaria uma revisão da LDO, colocando a dívida, a situação fiscal da Prefeitura, numa situação melhor do que a atual. Mas, de qualquer forma, a LDO apresentada reflete a atual realidade.

Acho que é esse o sumário, bem curto, e já passaria a palavra à Sra. Úrsula.

A SRA. ÚRSULA DIAS PEREZ - Bom dia a todos e todas. É um prazer estar aqui junto à Câmara de Vereadores e a discussão da segunda audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Assim como o Secretário já mencionou, nessa segunda audiência pública é

interessante comentar o que há aqui diferente da primeira apresentação que foi feita. Nesse sentido, do ponto de vista do planejamento, houve a discussão e a discussão do *work shopping* que foi feito aqui na Casa, em que a Secretaria de Planejamento esteve presente, da necessidade de haver uma complementação da Lei de Diretrizes Orçamentária no que diz respeito ao anexo de prioridades da LDO.

O anexo de prioridades da LDO não foi encaminhado inicialmente, como foi discutido, como acontece sempre nos primeiros anos de gestão, em função de haver a discussão do programa de metas e as metas a serem definidas para o primeiro ano, que ainda estava em discussão em audiências públicas. Nesse ínterim houve a consolidação da perspectiva para o primeiro ano, que foi encaminhada para a Câmara, mas não havendo mais tempo de ser feito uma modificação pelo Executivo, foi apresentada uma emenda legislativa à LDO, que foi incorporada pelo Vereador Paulo Fiorilo, que está aí representada no seu anexo com as cem metas, como uma emenda parlamentar. Então essa emenda deve estar em discussão no relatório da Comissão de Finanças com o acréscimo do anexo primeiro de prioridades.

Em relação a esse anexo, se vocês depois tiverem questões específicas, a Mariana Almeida, que é a Coordenadora de Planejamento, que esta a caminho daqui, pode discutir pontualmente as metas colocadas, mas elas foram acrescentadas, as perspectivas de conclusão de cada uma dessas metas, das cem metas previstas nos quatro anos, a perspectiva de entrega no seu cronograma até a finalização do ano de 2014.

Isso deve ter sido publicado no *Diário Oficial*, deve estar ainda em discussão porque foi incorporado como emenda. Então, assim que o relatório for votado isso fica compreendido como parte do projeto de lei. Mas a Secretária Leda Paulani, que havia se comprometido a fazer esse esforço e fez esse esforço e encaminhou esse anexo de prioridades.

No mais, segue as perspectivas que já tinham sido colocadas anteriormente, salvo,

obviamente, as emendas parlamentares que foram propostas, que em sendo acrescentadas, devem modificar um pouco o projeto de lei.

Estamos abertas às questões.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Eu gostaria de saber da Secretaria se há inscritos, porque vamos passar a palavra ao Sr. Relator e, em seguida, gostaríamos de saber se a população presente e as assessorias gostariam de se pronunciar. Já temos alguns inscritos.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo, relator da LDO na Comissão de Finanças e Orçamento.

O SR. PAULO FIORILO – A título de informe, o relator continua trabalhando esse final. Nós recebemos 910 emendas de 32 Srs. Vereadores, três emendas propostas pelas Bancadas do PSDB, não são três emendas, mas proposta por três Bancadas, a do PSDB, a do PPS e a do PT.

Temos dialogado com a Assessoria da Comissão para que a gente possa ter um relatório final, ou uma emenda final, que possa representar aquilo que foi apresentado pelos Srs. Vereadores da melhor forma possível.

Cabe aqui só uma observação. Muitas das 910 emendas apresentadas tratam de questões orçamentárias e, portanto, o relator não acatará uma parte delas, indicando a discussão para o Orçamento. Aquilo que for de diretrizes e puder ser contemplado, o Relator contemplará com toda tranquilidade. Então a intenção é que a gente possa ter, após esta audiência pública, o relatório pronto para ser apreciado na reunião da Comissão de Finanças de amanhã. Estará, a partir daí, pronto para o debate no plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Não havendo nenhum Vereador da douta Comissão querendo se pronunciar, passo a palavra para a Sra. Soninha Francine, ex-Vereadora da Cidade de São Paulo.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada.

O primeiro questionamento é à própria Câmara Municipal. Gostaria de saber como foi divulgada esta audiência pública. A Secretaria de Planejamento tinha anunciado em seu site, logo depois da primeira audiência pública, que a segunda seria no dia 19. Estive aqui no dia e a audiência não se realizou. Então, questionei à Ouvidoria da Casa, pedindo o favor de informar quando seria a segunda audiência pública. Eu tenho um e-mail datado do dia 19. Questionei à Sempla, pois era em sua página que estava anunciada a segunda audiência pública. Depois, fui informada por um gabinete de vereador. Ontem, recebi e-mail. Mas a Ouvidoria nunca me respondeu. O site da Câmara, até hoje de manhã, 9h, não fazia nenhuma à audiência pública; e ainda estava publicada agenda legislativa de ontem. Agora há pouco entrou agenda legislativa anunciando esta audiência pública, mas não sei a que horas. Só sei que às 9h20 ainda não estava anunciado.

Na página da agenda das audiências públicas propriamente, o primeiro item era uma audiência pública da Comissão de Finanças do dia 21 de junho. Então, tinha convocação para audiência pública de Finanças, depois vinha convocação de audiência pública da CCJ, depois da Comissão de Educação; enfim, eram várias as convocações. A sexta, muito abaixo, só correndo muito a página, era a convocação para esta audiência pública. Isso, então, contraria completamente o princípio da ampla divulgação necessária. Ou seja, as pessoas já teriam dificuldade de estar aqui, hoje, às 10h. Mas ainda por cima sem a divulgação, fica mais complicado.

Outra coisa: o cronograma. Quando o Plano de Metas foi apresentado no prazo devido, com 90 dias depois do início do governo, a própria assessoria da Secretaria do Planejamento esteve aqui, diante de vários questionamentos em relação ao Plano de Metas, lembrando que 90 dias – e com toda a razão, mas isso, enfim, é o que determina a Lei Orgânica – é um prazo muito curto para se apresentar metas para quatro anos de governo. Então, todos os questionamentos, inclusive os que eu fiz na primeira audiência da LDO, foram

feitos em função da revisão do Plano de Metas, depois da participação nas audiências públicas em todas as subprefeituras, a geral que aconteceu na Câmara e as temáticas que aconteceram no Sindicato dos Engenheiros. Perguntei como a LDO podia se basear no Plano de Metas, se um é anual e o outro para quatro anos, e o Plano não tinha nenhuma meta parcial para o primeiro, para o segundo, terceiro e quarto ano. Como se podia fazer uma LDO para o exercício do ano que vem? A resposta, aqui, dos representantes da Secretaria de Finanças, foi a de que, quando fosse feita a devolutiva no Plano de Metas, isso seria contemplado com mais tempo. E ontem mesmo, na página da Prefeitura, a notícia em destaque dizia que 9.000 sugestões foram recebidas ao longo da realização de todas as audiências. A data prevista para a devolutiva simplesmente desapareceu. Também perguntei ontem, por e-mail, para a Secretaria do Planejamento: quando será as devolutivas?

Quer dizer, se a LDO se baseia no Plano de Metas e este, assumidamente, ainda é um rascunho, é um primeiro esboço, como fica esse processo? Como se vai garantir a revisão da LDO antes, por exemplo, da apresentação do projeto de lei orçamentária do ano que vem.

Então, há uma série de outras questões específicas, e nem vou me deter nisso agora. Apenas uma ponderação. Da primeira audiência pública, ainda se dizia que não se poderiam contemplar alguns aumentos em folha de pagamento, novos cargos criados e isenções fiscais porque isso ainda não havia sido aprovado na forma de lei. Assim, a LDO não poderia prever alguma coisa que ainda não era propriamente lei. Não somente algumas leis dessas já foram aprovadas – de criação de cargos, novas Secretarias e tudo o mais -, mas estamos na iminência de aprovar uma lei que concede isenções de IPTU, de ITBI e para a FIFA inclusive, durante o período da Copa do Mundo. Quer dizer, na iminência de se aprovar todas essas isenções – aliás, o projeto de lei não veio acompanhado, como deveria, da previsão da conta-renúncia de receita, embora seja uma estimativa -, como podemos aprovar agora a LDO sabendo que ela deve passar nesta semana, conforme está anunciado no *site* da Câmara Municipal. Mesmo que passe em primeira votação, esse projeto, que tem uma série de

bondades, lá adiante dá essa isenção para a FIFA na condição de organizadora e promotora do evento.

Por ora, é isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Vereadora Soninha, no que diz respeito à Câmara Municipal, cabe a esta Presidência responder à senhora. É um entendimento deste Presidente desde muito tempo que os veículos utilizados para chamamento de audiências públicas estão errados. Penso que não é publicando na *Folha de S.Paulo* e no *Estado de S.Paulo* que a população terá acesso. Eu sempre disse isso. Quem acompanha as reuniões da Comissão de Finanças e Orçamento sabe que sempre me pronunciei nesse sentido. Nós deveríamos fazer esse chamamento pelo rádio ou outro veículo. Fazemos aqui discussões seriíssimas, e a população não comparece porque sai na *Folha* e no *Estado*. Agora, esta audiência pública foi convocada pelo Diário Oficial, que também é um veículo mais restrito à Prefeitura, e estou pedindo à secretaria que me trata os recortes de dois grandes jornais: *Estado* e *Folha*. Mas isso também não responde sua pergunta. A legislação diz que temos que publicar em dois grandes jornais. Sou contra isso, acho que deveríamos chamar a população por jornais de bairro. A população tem que ter mais acesso às informações.

O chamamento foi publicado em 20 de junho no *Diário de S.Paulo* e no dia 21 de junho na *Folha de S.Paulo*. Então, Soninha, a Câmara Municipal, legalmente, tomou as providências. Acho errado, acho que deveria ser utilizados rádios, jornais de bairro, sociedades amigos de bairro *etc.*, porque a população não tem comparecido por não ter acesso à informação. Nem todos leem *Folha de S.Paulo* ou *Estado de S.Paulo*. Mas, pela Câmara Municipal, respondo sua pergunta.

Passo a palavra à Secretária Adjunta da Secretaria de Planejamento para se pronunciar sobre a fala da ex-Vereadora Soninha.

A SRA. URSULA DIAS PERES – Respondendo o questionamento em relação ao anexo de prioridades da LDO, a Constituição Federal, assim como a Lei Orgânica do Município,

que reproduz o procedimento do processo orçamentário, ela coloca sempre nos primeiros anos de governo uma questão complexa, porque a cada ano sempre o primeiro semestre é o momento de discussão das diretrizes e o segundo, o de discussão do Orçamento. Mas, no primeiro ano, há que se discutir o Plano Plurianual, que é o plano de metas e prioridades da Administração Pública, com prazo de encaminhamento no segundo semestre, sendo as diretrizes sempre no primeiro semestre.

Esta é uma questão que se coloca para todo e qualquer governo, para toda e qualquer cidade, para todos os Estados e inclusive para a Federação: a discussão das diretrizes e metas no primeiro ano de governo.

Os governos anteriores, tanto o Prefeito Serra como o Prefeito Kassab, decidiram pelo encaminhamento de uma LDO sem anexo de prioridades e propuseram o encaminhamento das prioridades, a determinação, juntamente com a Lei Orçamentária no segundo semestre para o primeiro ano. Nesse primeiro ano, além dessa questão, há também a compatibilização do PPA e do Programa de Metas, cujo prazo é 30 de março.

Quando foi prevista a emenda, não se previu a adequação entre o prazo de 30 de março para o Programa de Metas, o prazo de 15 de abril para a LDO e o prazo de 30 de setembro para o PPA. Todos os instrumentos, então, foram trabalhados ao mesmo tempo e o anexo, finalizado em junho, foi encaminhado para o ano de 2014 ainda com a compatibilização das demandas advindas das audiências públicas do Programa de Metas, que deve, agora em julho, ser discutida.

Para o ano de 2014, esse anexo foi encaminhado, mas não foi feito nem pelo Prefeito Serra nem pelo Prefeito Kassab nos anos anteriores em que a LDO ficou sem o anexo de prioridades, ficando apenas com os outros dois anexos. Então, foi incorporado um anexo de prioridades, feita a sua compatibilização na medida da possibilidade do primeiro semestre, quando foram feitas ouvidas as demandas da população nas audiências públicas.

Quanto a esse aspecto, a Mariana pode complementar essa discussão,

respondendo à pergunta sobre a data da devolutiva e sobre o processo daqui em diante.

A SRA. MARIANA ALMEIDA – Bom dia. Sou Coordenadora de Planejamento e responsável pela coordenação do Programa de Metas na Secretaria de Planejamento. Conforme a Vereadora mencionou, de fato, a proposta é que, a partir das 35 audiências públicas que foram realizadas e da sistematização das quase dez mil sugestões que foram sistematizadas por tema, por especificidade, por região, por tipo de resposta - um trato inclusive da receptividade das audiências que em geral não vemos, mas que foi feito em relação a todas as audiências e que demorou, sim, um pouco mais do que o previsto inicialmente, até pelo número grande de *e-mails* que recebemos -, seja realizada uma audiência devolutiva que se realizará em julho.

Nessa devolutiva, serão divulgados os cronogramas de entrega regionalizados, que é o programa de metas ano a ano e determinado por região, conforme a Secretária de Planejamento já tinha adiantado.

O que fizemos para o anexo da LDO foi adiantar esse cronograma, que vai ser entregue em maior detalhe nas próximas audiências devolutivas para o ano de 2014. Então, estão listadas as entregas previstas para 2014 e os projetos que têm obras iniciadas em 2014 ou alguma etapa de necessidade orçamentária em 2014. Não é um rascunho, é o que está, de fato, previsto para ser publicado em geral nas próximas audiências devolutivas que acontecem ao longo do próximo mês.

O anexo está disponível para quem quiser ver. No caso da meta 1, que é o cadastro único, está especificado quantas famílias previstas para 2014, quantos CRAS, quantos obras que estão previstas para ser entregues em 2015, quantas escolas, quantos EMEIs, quantos CEIs, etc. O anexo mostra meta a meta, e 100 metas já estão incluídas.

A observação final é que, caso metas sejam incluídas a partir das audiências, que é a expectativa, vamos complementar isso antes da Lei Orçamentária.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Anuncio a presença da nobre Vereadora Marta Costa.

Tem a palavra o Secretário Marcos.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Apenas para esclarecimento sobre benefícios fiscais, não estamos fornecendo nenhum benefício fiscal novo para a Copa do Mundo.

Os benefícios da Copa do Mundo foram aprovados por lei proposta pelo Executivo em 2008. O que está sendo feito é um ajuste na legislação sem nenhuma ampliação de benefício.

De novo, todos os benefícios, sejam eles concessões de CIDE para estádios, sejam eles benefícios tributários, já foram aprovados nesta Casa pelo Executivo, com proposta do Executivo de 2008. Estamos implementando as decisões já aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Com a palavra a ex-Vereadora Soninha.

A SRA. SONINHA – Na verdade, há um PL tramitando na Casa, dispondo sobre uma alteração. É um PL do Executivo, do qual foi feita uma audiência pública ontem de manhã. O *site* da Câmara já anuncia que deve ser aprovado nesta semana.

Sei que a concessão de isenção estava prevista para a Copa das Confederações, que acabou não tendo sede em São Paulo e também para o período da Copa do Mundo.

Mas a partir do momento que se apresenta um PL modificando um projeto anterior, nada impede que o Executivo ou a Câmara Municipal suprimam essa isenção prevista para a Fifa, para as entidades jurídicas nacionais ou estrangeiras que participem diretamente da organização da Copa.

Mas, então, digamos ok. Essa isenção já estava prevista porque ela já estava contida na lei anterior. A discussão de mérito é claro que não é com Finanças aqui. Mas e as outras isenções, na iminência de serem aprovadas para os imóveis do Minha Casa Minha Vida? E o projeto não prevê a explicação de que impacto isso vai ter no Orçamento. E a LDO já

parte de um pressuposto de quanto de renúncia fiscal vai haver, tanto é que fala, por exemplo, da renúncia prevista da adesão ao MEI.

Enfim, sobre o anexo. Onde ele está disponível? Consultei tudo que pude para vir para a audiência pública e não localizei o anexo. Quer dizer, se ele está disponível ele não está visível.

(NÃO IDENTIFICADA) – O anexo foi enviado para a Câmara e entrou, foi incorporado como uma emenda parlamentar.

Então, ele foi apresentado como uma emenda da Bancada do Vereador Paulo Fiorilo. Vai ser anexado, até onde entendo, no relatório da Comissão de Finanças e Orçamento.

A SRA. SONINHA – Então, a gente está discutindo uma emenda a ser incluída?

(NÃO IDENTIFICADA) – Não. Já foi.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – O *Diário Oficial* de sexta-feira trouxe as 910, inclusive essa, do Plano de Metas, Prioridades e Metas. Foi publicado no *Diário Oficial*. Está na rede.

A SRA. SONINHA – Está na rede, no formato PDF, disponível no Diário Oficial com não sei quantas páginas.

Quer dizer, de que serve um *síte* que mal divulgou a realização da audiência pública?

Estou na audiência pública protestando contra o fato de que a gente vem para discutir um anexo proposto pela Comissão de Finanças, e acabei de ver o anexo pela primeira vez na tela, durante a audiência pública.

Quer dizer, no Plano de Metas, inclusive, têm metas que são praticamente idênticas. No primeiro bloco diz: “Vinte e nove novos CEUs”. Embaixo diz: “Para criar novas vagas de creches, serão criadas nos novos CEUs”.

Quer dizer, já não houve as devolutivas porque são nove mil sugestões e tem que

ter tempo para consolidar. Eu sou perfeitamente capaz de atender o adiamento das devolutivas. Mas, ao menos, o que já foi feito, como é que podemos discutir isso aqui sem ter tido acesso previamente?

O SR. PAULO FIORILO – Sônia, desculpe, não entendi.

Você não teve acesso na sexta-feira por que está em PDF?

A SRA SONINHA – Não.

O SR. PAULO FIORILO – Desculpe. Só para entender a dificuldade.

A SRA. SONINHA – Primeiro, na sexta-feira, até ontem não tinha tido nenhuma resposta oficial da Câmara sobre quando seria a audiência pública.

O SR. PAULO FIORILO – Não. Isso você já falou e o Presidente já te explicou.

A SRA. SONINHA – A disponibilização de um acesso, Vereador, porque foi publicado em um Diário Oficial, é muito longe...

— Não estou falando aqui como ex-Vereadora. Sou da população. O acesso a uma emenda publicada no Diário Oficial, na sexta-feira, para uma audiência pública divulgada de véspera, não permite o devido...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Desculpe. Ela foi divulgada dia 20/06 e 21/06. Socorro, você vai falar, pode ficar sossegada.

A SRA. SONINHA – É um questionamento, Vereador.

O SR. PAULO FIORILO – Entendi o questionamento.

A SRA. SONINHA - Publicar um anexo que é tão importante e fundamental para a discussão da LDO num *Diário Oficial* sem haver sequer um link no site da Casa. A Lei Orgânica prevê ampla divulgação, por mais vago que seja o sentido de amplo, uma publicação num *Diário Oficial*, cuja consulta pela internet, inclusive, é difícil pelo formato em que ele é disponibilizado.

O SR. PAULO FIORILO – Acho que esse debate poderia ser feito para como transformar a publicação numa coisa mais fácil para quem tem acesso. Agora, o rito de

publicar, de dar a divulgação das emendas foi feito. É óbvio que podemos questionar que foi feito, mas é insuficiente.

Então acho que tanto a Comissão como a própria Casa tem de mudar a forma de informar não só a LDO, mas todos os outros projetos.

A SRA. SONINHA – Aqui estamos discutindo a LDO. Ainda hoje quando foi publicado finalmente, minutos antes da realização da audiência pública, para discutir o PL 215/2013, não encontra aqui o anexo. Quer dizer, tinha de estar anexado ao projeto de lei para facilitar a consulta, não tenho nenhuma dúvida disso.

E quanto ao fato das gestões anteriores não terem aprovado os anexos, nós estamos discutindo a gestão atual. Não estamos discutindo as gestões anteriores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Acredito que como cidadã a Sra. Soninha está certa. Acho que deveríamos facilitar a comunicação, precisamos publicar, colocar no rádio, enfim. Como ex-Vereadora ela não está certa porque a Comissão de Finanças está aberta para qualquer informação a qualquer um e ela como ex-Vereadora saberia que a Comissão de Finanças teria liberado todo o material.

Passo a palavra à Sra. Maria do Socorro Alves, da Associação Nosso Sonho.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Bom dia a todos. Eu me chamo Maria do Socorro Alves, sou da região de Itaquera. É muito bonita a fala. É lindo, maravilhoso. O que acho é que é triste, mas é a realidade, cadê a população? Eu e o menino porque tem pessoas que nos informam. Quase todo dia eu estou na Câmara, como o Sr. Haddad falou abertamente que queria a participação popular. Aonde?

O plano de metas todo mundo sabe, eu assisti do começo todos eles e o idoso não apareceu. Nunca. Continua não aparecendo. Eu não sou tão inteligente. Eu sou teimosa. Muito teimosa. Ontem fui à Subprefeitura de Itaquera, o Supervisor não tinha conhecimento dessa audiência de hoje. Eu tenho um colega que não tem conhecimento. Como a população vai ter

conhecimento no *Diário Oficial*. Eu não tenho acesso ao *Diário Oficial*. Por que não põe no Metrô, no rádio, rádio corredor, há tantas pessoas que vem aqui na Câmara, pelo amor de Deus. É morador de rua, nos bairros, nas subprefeituras, porque vai ser difícil para vocês.

Eu falo: sou o passado e o presente. O que eu quero é esperança para o futuro, mas do jeito que vocês estão agindo não vai haver esperança nenhuma para nossas crianças, porque há uma lei aqui que estou batalhando, no Conjunto Habitacional Águia de Haia, que o número da lei quem me deu foi o Fábio, é do dia 25/08 de 2004, a 13.885, que pertence e é para ajudar, terreno abandonado, largado e que existe lá o que se tornou Cracolândia. Nós moramos lá desde 1988. Somos abandonados, não temos escola, não temos creche, não tem EMEI, mas temos sim uma Cracolândia muito linda e maravilhosa. Já está no Ministério Público e em todos os lugares possíveis. Eu participo da assembleia legislativa, sou atuante e cobro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Qual é essa lei e diz respeito a quê? Não entendi. É uma lei parada?

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Dá direito ao equipamento do governo que não é usado. Dá direito para trabalho social. É só vocês procurarem.

Eu já pedi a todos os órgãos. Desde 2001, estou lutando e faz sete anos que está abandonado. Eu sou do Conselho do Idoso. Não aparece o idoso aí. A gente é transparente. É uma decepção.

Desculpa, sem ofensa, mas parece que vocês não têm família, não tem pai, não tem mãe e não tem ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Eu não sei o por quê dessa agressão. A senhora sempre veio à Câmara.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Não estou falando com você.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Não, a senhora está falando comigo. Está falando: “Vocês”.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Não. Estou falando vocês.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Vocês, quem?

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Vocês, os nossos representantes.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Então somos nós.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Os que não fazem nada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Nós não fazemos nada?

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Os que não fazem nada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – E quem são os que não fazem?

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Olha, a próxima vez eu direi.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Dá os nomes, é melhor, porque fica chato.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Quantas audiências eu fui? Eu conversei com o Haddad.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Quase todas.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Eu conversei no Plano de Metas, eu fui à Subprefeitura de Itaquera e não temos resposta. Na Assembleia Legislativa não se tem resposta. No Ministério Público. Quer mais?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Vamos combinar o seguinte: a senhora passa para mim, Vereador Tripoli.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Eu passo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Dona Maria do Socorro, vamos nos entender. Conheço a senhora há muitos anos.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Eu estou cansada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – A senhora está cansada, não. A senhora quer resposta?

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Quero.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – A senhora me dá as perguntas e eu lhe

dou as respostas.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Eu estou te dando as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – É que a senhora está falando tudo por cima. Nós estamos em uma audiência pública sobre LDO. Eu respeito a senhora, mas por favor, passe-me por escrito as informações.

Eu concordo com a senhora em relação à publicidade. No mandato passado, tínhamos uma agência de propaganda e fizemos uma audiência pública que foi para a Rede Globo, para a televisão.

Eu concordo com a senhora que nós temos de mudar. Temos de mudar os veículos de comunicação para trazer a população para dentro.

Agora, eu também gosto que quando se fala de alguma coisa, fala-se o nome da pessoa, o número do projeto, porque se falar dessa forma, parece que todos os Vereadores, a Câmara, a Assembleia.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Só tem oito que trabalham aqui. Oito Vereadores. Só. Não vou dar nome não. Eu dou nome para as pessoas que eu convivo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – A senhora tem a liberdade de expressão.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – É sobre esse terreno, essa lei.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – A senhora me passa os dados por escrito e eu vou responder para a senhora no momento oportuno.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Isso está há seis anos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Bem-vinda, Dona Maria do Socorro.

Tem a palavra ao Sr. Fábio Siqueira, do Movimento de Resistentes e Orçamento Participativo de São Paulo. Bom dia, Fábio.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia, Vereador Roberto Tripoli, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento. Bom dia, Vereador Paulo Fiorilo, relator da LDO para 2014. Bom dia, Vereadora Marta Costa, da Comissão de Finanças e Orçamento. Bom dia, Sr.

Marcos Cruz, Secretário de Finanças; Sra. Úrsula Perez, Secretária Adjunta do Planejamento; Sra. Mariana Almeida, Coordenadora de Planejamento; Sr. Noer Neto, representante do Tribunal de Contas Município de São Paulo; assessoria de Sempla, das Secretarias, população, Conselheiros, ex-Vereadora Soninha Francine, população paulistana.

Realmente, haja vista as duas oradoras brilhantes que me antecederam, a situação da discussão de hoje, realmente, enseja muitas críticas. Por exemplo, é quase inadmissível a cidade de São Paulo ter apenas duas audiências públicas com um projeto tão importante quanto a LDO. Lembro quando o Vereador Paulo Fiorilo foi oposição, em 2011, nós tivemos nove audiências da LDO.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Do Orçamento.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Não, na LDO teve, inclusive Educação e Saúde. Foram mais de duas e traremos a data do Diário Oficial.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Eu me recordo, não foram oito. Eu participei com o Paulo.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Teve seis, se eu não me engano ou oito, mas a gente vai trazer os valores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Não vem ao caso, por favor...

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Não vem ao caso, mas foram mais de duas, então...

Realmente, duas é pouco, é necessário aumentar o número de audiências da LDO.

Com todo o respeito pela Professora Ursula, incorreto usar o Vereador para poder colocar os anexos orçamentários para a LDO. Acho que a gestão deveria se preparar melhor para trazer, dia 15 de abril, suas diretrizes orçamentárias porque não só rubricas orçamentárias, são diretrizes. Ou seja, o próprio Plano de Governo do Prefeito eleito, Prof. Fernando Haddad, trazer as diretrizes. Não custava nada colocar algumas dessas diretrizes no projeto de lei 215/13. Aí não precisava colocar via bancada de Vereador, porque uma coisa é o projeto vir do Executivo, outra é o Legislativo complementar coisa tão importante quanto às

diretrizes do Governo, da gestão. Acho que houve um equívoco.

Lembro que na gestão da Prefeita Marta Suplicy, em 2001, que esse problema não ocorreu. As secretarias trabalharam e dia 15 de abril de 2001 a LDO para 2002 estava aqui, as diretrizes estavam aqui. Acho que houve retrocesso nesses 12 anos!

Realmente, preocupa-me a gestão Haddad, em quem a população votou maciçamente contra o ditador José Serra e contra o péssimo gestor Gilberto Kassab. A população votou na esperança e não para a gestão repetir o mau uso, os maus costumes dessa dupla nefanda, medonha.

Peço encarecidamente que a Gestão cobre imediatamente, que a Secretaria do Planejamento não faça dotações genéricas para o Orçamento do ano que vem. Por exemplo, construção de CEU, não fala aonde; construção de UBS; construção de Ama; construção de biblioteca. Vou dar um alerta: parem de fazer dotações genéricas. Quero um compromisso de vocês para ter dotação específica. Por exemplo: construção do CEU Água Rasa; Biblioteca Itaquera; a Biblioteca Sérgio Buarque de Holanda está parada em Itaquera, o Prefeito Kassab enganou a população local, está parado o projeto há três anos. O Teatro de Cangaíba... Têm muita obra para ser executada e a gente quer obra específica no Orçamento.

As gestões Erundina e Marta Suplicy, até a Celso Pitta colocavam especificamente os valores. Orçamento com rubrica própria, é o que manda a Lei Orçamentária, a Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Vereador Jair Tatto, eu também saúdo o Vereador Jair Tatto.

Quanto ao Plano de Metas, já que se falou dele, é importante a Secretária Úrsula Perez esclarecer se a demanda do idoso entrou entre as mais de cem metas. Também lembro a questão do Orçamento Participativo porque é a proposta mais votada nas últimas audiências públicas das três semanas do Plano Diretor. Então, a população quer o Orçamento Participativo.

A gestão Marta Suplicy, em junho de 2001, já fazia plenárias do Orçamento

Participativo. Em seis meses a participação popular, como cobrou legitimamente a conselheira Maria do Socorro, existiu e o Plano de Obras também existiu, no passado aqui na Casa. Isso é no caso de 2003 para 2004. Todas as conquistas da população têm de ser respeitadas, aumentadas, jamais tiradas, especialmente num Governo que se diz democrático e popular.

Pedimos então a questão do Plano de Metas, pede urgentemente audiências públicas com prestação de contas do Plano de Metas. Falou-se em julho, mas precisamos saber a data. Planejamento é para planejar, portanto, até para evitar o equívoco trazido, com sabedoria, pela ex-vereadora Sonia Francine, de que foi publicado sexta-feira, a gente está na terça. Realmente, é quase impossível acompanhar o Diário Oficial todo o dia para ver as novidades das questões da Câmara e também gostaríamos de saber se essas emendas tiveram o escopo de colocar o Orçamento Participativo, de prever a Coordenadoria do Orçamento Participativo e prever o Conselho do Orçamento. Porque isso estava em 2001 para a lei de 2002. Então, solicitamos que se faça a guarda de 2012 para 2013. Queremos saber das Diretrizes Orçamentárias porque estão acontecendo as conferências do meio ambiente e a questão é muito clara. O ex-Prefeito Kassab paralisou os ecopontos e as coletas seletivas e durante os oito anos da gestão Serra/Kassab deu-se às grandes empresas que varrem a Cidade e coletam o lixo sete bilhões de reais em oito anos e até agora não houve a mínima prestação de contas sobre esse valor todo.

Portanto, queremos saber quando as autoridades da gestão passada serão chamadas para explicar porque não fizeram bom uso do valor orçamentário. Tomara que a gestão que assumiu, que é proba, comece a ter mais diálogo com a população e preste mais contas minudentemente, especialmente, no que tange à população carente, pois para os catadores de resíduos sólidos - população carente e honesta - dão-se migalhas e para empresas bilionárias...e tivemos uma CPI do lixo aqui, ainda bem que agora temos o Secretário Simon Pedro, que é muito consciencioso e ético para poder ver e ser cobrado da situação.

Porque para a população carente nada e para empresários tudo, sete bilhões. Isso

ocorre no transporte, na coleta de lixo, na varrição de ruas. Vamos ver esses contratos. O povo na rua está pedindo transparência e vamos abrir o contrato e CPI já para o transporte público.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Conforme informação da comunicação institucional, houve divulgação na televisão dos vagões do metrô. O portal da Câmara Municipal disponibiliza agenda legislativa no próprio *roam*, no canto direito da página, além disso, diariamente é publicado um texto com mais detalhes sobre cada evento. Ainda os itens das comissões em audiências públicas, todas as datas, locais e horários estão disponíveis.

A Secretaria de planejamento gostaria de se pronunciar a respeito do desabafo do Sr. Fábio.

A SRA. URSULA PERES – Agradeço a sua pergunta, Fábio, porque acho que dá a oportunidade de esclarecer uma questão. A LDO deste ano, no seu artigo 6º, esclareceu que as metas e prioridades que a Administração ia se comprometer eram justamente aquelas apresentadas e entregues no dia 30 de março no programa de metas. Quando do governo anterior, da Prefeita Marta Suplicy, não existia a emenda à Lei orgânica que obrigou a elaboração do programa de metas, iniciando no primeiro ano de governo e findando no quarto ano de governo. Então, o programa de metas é intercalado entre os anos orçamentários e o plano plurianual, que começa no segundo ano e vai até o primeiro sucessivo. Não existia esse programa de metas e houve de fato diretrizes orçamentárias apresentadas na LDO que eram, por exemplo, priorização do ensino infantil, da construção de creches, fomento à atenção básica, que de fato são diretrizes orçamentárias fundamentais, mas para as quais não havia metas.

Neste ano foi encaminhada a LDO, priorizando o Programa de Metas e, em seguida, conseguindo concluir o anexo de prioridades do primeiro ano. Então, nessa concepção, há de entendermos que, ao fixarmos metas para o ano, há um avanço e não um retrocesso em relação às diretrizes ali apresentadas. De fato, naquele momento, foram colocadas diretrizes genéricas. Optou-se em não fazer isso, por estar em construção nas

audiências públicas de diretrizes específicas. Discutir diretrizes específicas, em audiências públicas e, ao mesmo tempo, colocar, na LDO, um rol de diretrizes genéricas, seria até um descaso com o programa de metas que estava em discussão. Então, qual foi a opção? Comprometemo-nos com esse programa de metas, e vamos especificá-lo. A especificação feita, em junho, foi colocada. Também concordamos que a melhor forma seria o Executivo apresentar, porém, dado o cronograma, a possibilidade era apresentar via emenda legislativa, para que pudesse constar na lei; do contrário, não constaria.

Nenhum de nós, nem do Poder Executivo, nem do Poder Legislativo, nem da sociedade civil, acredita que é o melhor que se poderia fazer. Achamos que há sempre que evoluir nesse processo. Essa evolução pode significar que, no ano seguinte e nos próximos, possamos caminhar de forma mais rápida, mas isso foi o que se pode fazer nesse momento. As coisas não vão parar aqui, vão evoluir.

Em relação às metas específicos, a idosos e o processo participativo, a Sra. Mariana pode esclarecer os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Tripoli) – Tem a palavra a Sra. Mariana Almeida.

A SRA. MARIANA ALMEIDA – De fato, houve um atraso em relação a nossa primeira expectativa, sobre as devolutivas do programa de metas. O fato de não termos uma data fechada, mas sim nas próximas semanas, isso simplesmente reflete uma demanda da própria Secretaria de Planejamento, e que venha, com a maior consistência possível, o conjunto do programa de metas. Sob o ponto de vista de idosos, a Sra. Secretária do Planejamento já havia afirmado que haveria uma meta para idosos. Avançamos. Há mais do que uma meta proposta para idosos. Isso não está, no anexo de prioridades, porque nada do que veio das audiências ainda está. Há uma observação, de que isso será apresentado em audiência pública no processo participativo em geral de novo, para se continuar o ciclo participativo.

Houve um primeiro momento. Será apresentado para a população. Esse anexo

ainda reflete o programa de metas de 30 de março, com a definição de 2014. As outras metas de idosos, inclusive fazendo atenção à demanda de que idosos não fossem uma meta especificamente de Saúde ou somente de atenção, tem uma abrangência mais ampla. Isso está sendo construído e está sendo passado um pente fino, do que é possível e consistente em termos de metas numéricas e quais são os equipamentos e políticas. Isso será apresentado em julho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Tripoli) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Central do Trabalho e Empreendedorismo do Planeta, Sustentabilidade Vida. Primeiramente saúdo as autoridades da mesa e todos os senhores presentes. Foi focar na Copa do Mundo. Logo quando o Brasil conquistou a sediar mundial em 2014, participava de um seminário internacional, quando coloquei a retomada da construção de uma arena pública na região de Pirituba. Optaram pelo Itaquera, por ser um estádio para o Corinthians. Noventa por cento da construção daquele estádio são verbas públicas. Eu, inclusive, consultei vários treinadores de futebol, e 99% deles são contra a destinação de verba pública para a construção de um estádio a um clube de futebol especificamente. Além disso, pesquisas que fizemos, no Itaquera, mostram que 38%, vamos dizer, de obra subfaturada pela construtora que está construindo aquele estádio. Além disso, são 6 mil famílias, dá mais de 1.200 imóveis, famílias que estão sendo colocadas de suas casas para fora. O Prefeito Kassab engabelou todo mundo, desviou a verba de indenização dessas famílias, 85% estão debaixo da lona.

A nossa tese é de que, quando começaram a construir o estádio, fossem construídos os conjuntos residenciais com indenização digna e um auxílio aluguel de, pelo menos, dois salários, para que essas famílias pudessem alugar um imóvel, porque o famigerado auxílio que o Kassab e a sua quadrilha implantaram aqui é de 300 reais. Um cidadão solteiro, com esse dinheiro, não aluga nem um quatinho para morar. Vai procurar um quatinho com 300 reais para ver se acha? São 400, 500 ou 600 reais.

Por outro lado, vim alertar esta Casa também o Governador do Estado está desviando verba.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Vou deixar o senhor se pronunciar, mas estamos numa audiência pública de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

R – Sei, Vou chegar na lei. Deixe eu concluir, porque o Rodoanel é do Governo do Estado, mas está sendo construído na cidade de São Paulo. E todo mundo está dormindo.

O Geraldo Alckmin também está usando tática de vampiro, desviando indenização daquelas famílias desapropriadas no entorno do Rodoanel, que é uma obra inviável para a cidade de São Paulo. Estou alertando.

Agora na Copa do Mundo, o Estádio do Corinthians e a abertura nos estádios, só serão vistas pela classe média, pois o ingresso mais barato será em torno de 550 reais.

A tese que apresentamos é de que 30% desses ingressos deveriam ser destinados às crianças de baixa renda dos projetos sociais.

Além disso, toda isenção para a FIFA e para as empresas que estão construindo o Corinthians, não está dando o retorno para a sociedade. Também não tem meia para estudante. É por aí.

Focando na LDO, participei de mais de 30 audiências públicas sobre o Plano de Metas, e falei que se realizasse uma conferência de dois dias para o Executivo apresentar as devolutivas e apontasse aonde seriam construídas as obras que, até agora, ninguém sabe aonde serão construídas as obras debatidas nas audiências públicas.

Apresentei no Sindicato dos Engenheiros, quando participei do Seminário para a Campanha do Haddad, uma proposta da implantação do bilhete único mensal da seguinte forma: hoje, quem subsidia a tarifa do transporte público na cidade em 80% é o usuário. A nossa tese seria a criação de um sistema único de transporte, no qual o empregador subsidiaria 25%, o Poder Público 25%: o Governo do Estado 25%, o Governo Federal 25% e eu, 25%. Ai sim, o bilhete único baixaria, e a passagem de R\$ 3,60, com passe livre para os

estudantes da rede pública e privada.

Pergunto ao Executivo quando vai fazer as devolutivas e quais serão os locais, os bairros em que serão construídas as obras.

Outra tese, também, é que as regiões Sul e Leste são as mais populosas da cidade de São Paulo e com menos empregos. Coloquei uma tese de isenção de impostos para as pequenas e médias empresas, para essas empresas, precisamos de um incentivo para que elas se instalem na zona Norte e na zona Sul. Como estão essas ações? Será que é possível?

É o que tinha a dizer. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Pois não. O senhor é sempre muito bem-vindo. Passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. PAULO FIORILO – Quero me manifestar, rapidamente, para esclarecer. Durante quatro anos, fui membro da Comissão de Finanças, de 2005 a 2008. Em nenhum dos quatro anos, tivemos mais de duas audiências da LDO. Sempre fizemos mais do Orçamento. Fizemos regionais, temáticas – na Câmara Municipal – e nas regiões. Dividimos as várias regiões, os Vereadores participaram e o Vereador Tripoli era o Presidente. Havíamos, inclusive, conversado sobre isso, porque a discussão da LDO era de diretrizes. Portanto, para ajudar no debate seguinte.

Segundo, sobre a ideia de apresentar o anexo. O artigo 332, nesse momento em que o anexo ficou pronto, a partir de toda explicação dada, só poderia vir por emenda. Se tivesse vindo de outra forma, talvez, estivéssemos discutindo de outro jeito. Como a Secretária assumiu, publicamente, que encaminharia, a possibilidade foi essa. Então, não houve nenhuma intenção de impedir o acesso, mas era que poderia ser naquele momento.

Por último, temos debatido a Lei de Diretrizes, do ponto de vista do Relator, na tentativa sempre de avançar para que o Orçamento tenha o maior número possível de participantes e que seja democrático, ao extremo de que todo mundo possa fazer sua intervenção e dar suas sugestões. É isso que queremos indicar e, com certeza, no debate

orçamentário, vamos poder concretizar esse debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Antes de passar a palavra, na Comissão de Finanças e Orçamento, deliberamos antecipar a questão do Orçamento. Realizamos um *workshop* para os Vereadores e para a população para que participem mais. As sugestões dos senhores também são as nossas. Quer dizer, mudar os veículos de comunicação. Não adianta a *Folha de S.Paulo* e o *Estadão*. Quem estiver no Fundão, na periferia, vai ter que ver outros veículos, como o jornal de bairro.

Tínhamos uma agência da Câmara, numa data passada, em que fomos até para a televisão. O nosso trabalho é comunicar. O dinheiro tem de ser gasto e temos de comunicar à população, com transparência.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – É isso, Da. Maria do Socorro. Com a palavra o Sr. Flavio Capello, representante do Conde Vereador Andrea Matarazzo.

O SR. FLAVIO CAPELLO – Bom dia. Sou Assessor do Vereador Andrea Matarazzo. Tenho duas questões. Primeiro, a Secretária-Adjunta ratificou, hoje, o que a Secretária já havia exposto sobre o encaminhamento de anexos em anos anteriores.

É importante lembrarmos de que essa questão de prioridades e metas se iniciou com a emenda à Lei Orgânica do Município nº8 de 2007, de autoria do nobre Vereador Francisco Chagas. Ela se transformou na Emenda nº30 de 2008 à Lei Orgânica do Município. Nesse momento, tivemos algo muito importante: a criação do Programa de Metas, que muita gente chama de Plano de Metas. Plano é de Governo. Esse é Programa de Metas, como está na Lei Orgânica. O Município de São Paulo inovou com isso. Que eu saiba, é o único Município que possui esse Programa de Metas, que tem de ser apresentado em até 90 dias do primeiro ano. No entanto, essa mesma emenda, a nº30, exige que se apresente o anexo de prioridades e metas. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, até com uma certa satisfação, é justamente a emenda 910 de autoria do Vereador Paulo Fiorilo que, até então – hoje -, estava colocada como 910 emendas. Coincidentemente, ela é número 910, a última.

Mas, hoje, está se colocando que essa emenda, esse anexo, será contemplado, provavelmente será contemplado, com um substitutivo talvez, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então a partir desse momento, que nós estamos sabendo disso, vamos nos debruçar em cima desse anexo para criticá-lo, pois até então não sabíamos dessa decisão do anexo ser contemplado e não estávamos lendo com muita atenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO (Pela ordem) – Até para ajudar o debate. Quando da primeira audiência pública, inclusive, acho que V.Exa. questionou os outros Vereadores, dentre eles o Vereador Aurélio Nomura, sobre a questão desse anexo. Pedi à assessoria para verificar na lei.

O Projeto de Lei 243/09, do Executivo, aprovado por essa Casa, não traz a prioridade de metas. Foi aprovado na lei: Receitas Fiscais e Metas Fiscais. E isso porque era o primeiro ano do governo. Assim foi com o Serra e assim foi com o Kassab.

Apesar dessa possibilidade já mostrada nas leis anteriores, a Secretária se comprometeu a apresentar. Por isso, foi feita dessa forma, como já disse. Ela entrou com uma emenda e, agora, será parte da emenda 911 que apresentaremos na Comissão de Finanças, amanhã. Acho que há um avanço do ponto de vista de que houve um pedido e o Executivo entendeu que era possível apresentar, mesmo as duas outras. Inclusive, depois da aprovação, tendo sido aprovada sem esse anexo. Só para deixar claro.

O SR. FLAVIO CAPELLO - Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – O senhor pode se pronunciar

rapidamente, por favor.

O SR. FLAVIO CAPELLO – Veja bem, há um corte com a emenda 30, de 2008. É a partir dela que se cria o programa de metas e que se exige o cumprimento. Em 2005, seria impossível, na minha visão.

Em 2009, não sei porque não foi contemplada.

O SR. PAULO FIORILO – Está aqui o texto, depois passo para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – O Fábio pediu para se pronunciar, mas antes quero ouvir o Sr. João Batista Gomes, zeladoria da praça, Subprefeitura da Vila Mariana, que está inscrito.

O SR. JOÃO BATISTA GOMES – Bom dia. Gostaria de falar da acessibilidade dos ônibus, principalmente aqueles que vão para a Cidade Tiradentes. Vai e volta o que mais tem acontecido é que eles vivem quebrados.

Em 15 minutos, perto de São Mateus, quebraram cinco carros. Então queria falar que isso faz parte da acessibilidade, pois não se trata só de atender os deficientes, mas em geral.

A mobilidade como foi tratado. Às vezes o que está acontecendo nem era para acontecer. Acredito muito nisso.

Desejo um transporte com mais qualidade. Vamos andando nos ônibus, metrô. Sabemos que o metrô é coisa do Estado, mas Prefeitura tem de ver o transporte coletivo.

Queria que essas empresas fossem mais voltadas aos usuários. Há muitas pessoas que pagam a condução e sabem que fica ainda mais caro porque o transporte é péssimo.

Desculpem eu falar, mas precisa ser colocado em pauta. O transporte pertence a todos nós, principalmente para quem anda de ônibus e vê o que acontece com eles.

Tem linha que demora quase quatro horas, principalmente de sexta-feira. Você pegar o ônibus do Brás até o Terminal Grajaú você leva quase quatro horas por causa do

trânsito.

Então, não sei, parece que já está na pauta abrir mais corredores, os corredores serem duplicados. Queria que favorecessem não somente a nós, mas no geral, porque acredito que esse protesto que fizeram não foi para prejudicar ninguém, muito pelo contrário, é para termos mais sensibilidade no transporte, para haver mais controle e também fiscalização.

As empresas que não cumpriram o contrato de reforma de carro prejudicam cada um de nós. Já pensou quebrar um carro? Se liberam carro de meia em meia hora e quebra algum, vamos ter de esperar uma hora para pegar outro carro? Fica ruim.

Outra coisa que queria incluir. Estava na reunião de sábado sobre o meio ambiente e não sei passaram ainda a informação, mas vou passar antecipadamente: esse negócio de incineração que estamos querendo, principalmente o da Vila Mariana – está todo mundo reunido, inclusive o pessoal dos condomínios – que entre a forma de reciclagem. Não só na Vila Mariana, creio que é para toda a Cidade.

Queria colocar isso e a respeito do transporte do ônibus.

E que houvesse orçamento para as cooperativas, porque já estamos falando de orçamento participativo. Então, isto tem de ser colocado: propor que venham também as cooperativas. Se houver um vínculo para empregabilidade, as pessoas poderão trabalhar. Muitas pessoas estão querendo trabalhar, mas não têm recurso. Acredito que isso precisa ser avaliado. É essa a réplica que queria registrar. Meu nome é João Batista.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – João Batista Gomes, zelador da Praça da Subprefeitura da Vila Mariana. Obrigado pela participação.

Passo a palavra ao Sr. Fábio.

O SR. FÁBIO – Obrigado, nobre Vereador Roberto Tripoli. É uma réplica muito rápida haja vista que Sempla ainda não respondeu a uma pergunta essencial referente a se foi contemplada a demanda do orçamento participativo na questão do programa Plano de Metas para 2013. E repito: já em três audiências do Plano Diretor – Vila Maria, Pirituba e Vila Mariana

– é a proposta mais votada entre as minhas propostas. Portanto, não é uma demanda apenas do Fábio, do Claudio, da Nabu, da Socorro e do João. É uma demanda da Cidade, uma demanda que está no plano de governo do Prefeito Fernando Haddad. Portanto, é uma coisa séria, deveria estar desde a primeira peça orçamentária.

E também nesse escopo, o compromisso de Sempla, haja vista que tivemos reunidos coma Professora Úrsula dia 23 de janeiro deste ano, já nesta gestão, e com o Sr. Cristin também, assessor, a questão da dotação orçamentária específica para cada obra e serviço, que existe inclusive na Lei Orgânica do Município.

A gestão Serra/Kassab não fez, colocou genérico. Verbas desapareceram, haja vista o Fundurb, que foi denunciado na Vila Mariana no sábado, Vila Itororó. Estava no Fundurb e o dinheiro foi desaparecendo no meio do processo. Quer dizer, o Fundurb desaparece, a questão dos catadores da coleta seletiva – Copon desaparece. Acho que isso não vai acontecer se houver uma dotação específica para cada órgão, para cada grande obra.

Por exemplo, não é possível colocar 100 milhões para 20 CEUs. Não. O pessoal quer saber se é CEU no Sacomã, em José Bonifácio, no Marsilac. Então, dotação específica para obra específica, como manda a lei.

Por fim, falando em Plano de Metas, não sei se há uma coisa que foi esclarecida, porque Plano de Metas prometia transformar todos os prontos-socorros em UPAs, só que o número é 14, mas a Cidade tem 12 prontos-socorros e quatro prontos-atendimentos. Quer dizer, somando dá 16. Portanto, esse número já não bate. Na questão dos prontos-socorros, havia o entendimento de serem transformados em UPAs.

Esse é um exemplo de que o Plano de Metas ainda precisa ser mais arredondado, discutido com a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Obrigado. Passo a palavra ao Relator, para suas últimas palavras, e depois ao Sr. Secretário de Finanças e o representante da

mesma Secretaria.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, para concluir, a ideia é que a partir das emendas apresentadas, das 910 emendas de 32 Srs. Vereadores, dos debates que foram feitos tanto nesta audiência quanto na anterior, é apresentar na reunião de amanhã um relatório para discussão e votação.

Uma observação sobre a emenda 30, ela faz referência ao Plano Plurianual, eu fui ler e sei que não trata da LDO. Depois era bom checar com a assessoria. A ideia é que possamos ter o maior número de emendas incorporadas, observando o que falei no início porque as que têm relação com o Orçamento, nós vamos fazer o debate no Orçamento. As que são de diretrizes, vamos tentar, na medida do possível, incorporar. Se não, na íntegra, pelo menos parcialmente, isso para termos uma proposta de LDO, a mais democrática possível, a partir desse debate nas audiências e com os Srs. Vereadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Passo a palavra a Secretária Adjunta do Planejamento para suas últimas palavras, por favor.

A SRA. URSULA PERES – Muito bem, novamente tratando da questão do Programa de Metas e do Orçamento Participativo, vou passar a palavra para a Mariana, mas antes quero falar de uma questão.

A definição das diretrizes orçamentárias previstas na LDO, quanto prioridade de Governo, são requisitos previstos na Constituição Federal de 1998, quando regulamenta a Lei de Diretrizes Orçamentárias no processo orçamentário que *linka* o PPA e a Lei Orçamentária Anual. Essa exigência existe desde 1988, e vem sendo suprida de forma diversa por governos diversos nas três esferas do País.

No processo participativo vem sendo discutido e foi colocado, desde janeiro, para o Fábio e para outros colegas que estavam na reunião, na perspectiva de poder ser feito em uma cidade como São Paulo, equacionando a inter-relação entre Programa de Metas, Plano

Plurianual, Lei Orçamentária, Lei de Diretrizes, Plano Diretor da Cidade e outros sistemas de planejamento vigentes. Essa é uma tarefa que sabemos, conscientemente, que não vai findar em um semestre, em um ano, em quatro anos, ela está em movimento. Estão sendo feitas audiências públicas não só do Programa de Metas, mas também do Plano Diretor, e tem que ser feitas ainda mais, tem que ser feito esse processo. E a Mariana elucida um pouco a perspectiva que temos daqui para frente quanto à participação no Plano e também quanto às outras perguntas feitas sobre as metas do programa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Passo a palavra a Mariana.

A SRA. MARIANA ALMEIDA – Quanto à questão do Orçamento Participativo, como a Ursula disse, estamos fazendo proposta no sentido de casar todos os instrumentos de planejamento, que será apresentado na audiência pública devolutiva. A ideia é que haja esforço que o Programa de Metas consiga conversar, consiga ser explícito no que se refere à questão orçamentária e quanto ao vínculo com o Plano Plurianual. Um esforço está sendo feito e será apresentada uma proposta na próxima audiência devolutiva.

Também quanto às metas 19 e 20, as duas tratam de pronto-atendimento, elas estão revistas em números e estão especificando os locais em que serão apresentadas as devolutivas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Secretário, para o seu pronunciamento final.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Não tenho mais nada a acrescentar. Agradeço a presença de todos e de todas nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Não havendo mais nada a tratar, encerro a presença de todos nesta audiência pública.

Convoco os Srs. Vereadores para a reunião de amanhã, quarta-feira, com pauta a ser publicada.

Estão encerrados os trabalhos.

